

**MÃE POSTIÇA**  
Cadela amamenta dois ligres (filhotes de leão com tigre) no Zoo de Weihai, na China; a tigresa os alimentou por quatro dias, mas depois os rejeitou.



[estadão.com.br](http://estadão.com.br)

**Leia. Mais informações sobre o Código Florestal**  
[estadão.com.br/planeta](http://estadão.com.br/planeta)

# Câmara aprova anistia a desmatador

Após votarem o texto do relator Aldo Rebelo, deputados derrotam governo Dilma e dão aval a emenda apresentada pelo PMDB

Marta Salomon  
Eugênia Lopes  
BRASÍLIA

A Câmara dos Deputados aprovou na noite ontem, por 410 votos a favor, 63 contrários e 1 abstenção, o texto do relator Aldo Rebelo (PC do B-SP) que reforma o Código Florestal. Depois, o governo Dilma Rousseff sofreu sua primeira derrota na Câmara. Por 273 votos a favor, 182 contra e 2 abstenções, os aliados aprovaram a inclusão no Código de concessão de anistia aos produtores que desmataram Áreas de Preservação Permanente (APPs) às margens dos rios e encostas até 2008.

Segundo o líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), a emenda apresentada pelo PMDB e apoiada pela maioria dos partidos da base e de oposição foi considerada uma “vergonha” pela presidente Dilma Rousseff.

O clima da votação do Código foi tenso e acabou em bate-boca entre os governistas.

“Talvez este seja o momento mais tenso desta legislatura. A presidente Dilma considera essa emenda uma vergonha para o Brasil. Ela muda a essência do relatório”, afirmou Vaccarezza. “Quero que o líder do governo seja interpelado para saber se a presidente realmente falou que o que esta Casa está votando é uma vergonha. Tenho o direito de saber isso”, reagiu irritado o deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), relator do Código. “Não acredito que a presidente Dilma tenha dito isso”, disse o líder do PSDB, deputa-

## Projeto agora segue para votação no Senado

● Depois de ser aprovado pela Câmara dos Deputados, o texto do novo Código Florestal segue para votação no Senado. O governo espera que essa etapa represente uma nova oportunidade para fazer ajustes. Se houver mudanças, o texto voltará para a Câmara. Caso contrário, seguirá para as mãos da presidente Dilma Rousseff, que poderá sancionar o texto, transformando-o em lei, ou vetá-lo. / M.S. e E.L.

do Duarte Nogueira (SP).

Apesar do jogo pesado do Planalto, apenas o PT, o PV, o Psol e o PSB encaminharam contra a emenda, que libera a ocupação de cerca de 420 mil quilômetros quadrados de áreas de preservação permanentes já desmatadas até 2008 às margens de rios e em encostas de morros no País. O PMN e o PTB liberaram suas bancadas. O governo não mediu esforços para tentar impedir a derrota. Os ministros dedicaram o dia para telefonar aos líderes aliados e aos deputados para pedir o voto contrário à emenda.

Diante da pressão do governo, o líder do PMDB, deputado Henrique Eduardo Alves (RN), subiu à tribuna e fez um apelo. “Compreendo a posição dos ministros. Mas quero pedir aos ministros do PMDB que não constriam a minha bancada, que não peçam a minha bancada para mudar o voto”, disse Alves.

“Antes de serem ministros, são companheiros de partido. Não constriam a minha bancada”, suplicou o peemedebista, que é candidato à presidência da Câmara, em 2013.

O discurso de Alves foi taxado de “emocional” pelo líder Vaccarezza. O petista lembrou que o PMDB é da base aliada e ajudou a eleger Dilma Rousseff. Por fim, Vaccarezza voltou a dizer que a proposta será vetada pela presidente, caso o governo não consiga alterá-la no Senado. “Peço a todos que votem não a essa emenda e deem a vitória para o governo”, afirmou o líder.

**Relatório de Rebelo.** Apesar de o líder do PT, Paulo Teixeira (SP), ter encaminhado a favor do relatório do comunista, os petistas se dividiram: 45 votaram a favor do texto de Rebelo e 35 contra. Antes, a bancada petista se reuniu e decidiu, por maioria apertada, apoiar o relatório e votar contra a emenda do PMDB.

Em quase cinco meses de governo, esta foi a primeira vez que a base aliada se rebelou contra o Planalto. Ao longo do dia, a base tentou fechar um acordo e incluir no texto de Rebelo proposta para que, nas pequenas propriedades, as APPs às margens dos rios pudessem ocupar até o limite de 20% da área.

“Tarde demais. O governo deveria ter entrado antes na negociação”, argumentou o ex-ministro Reinold Stephanes (PMDB-PR). “Vai ser uma grande desobediência dos deputados da planície. A posição do plenário está consolidada a favor da emenda do PMDB”, previu o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), horas antes do início da votação.

## O QUE DIZ A LEI ATUAL E COMO FICOU O PROJETO APROVADO

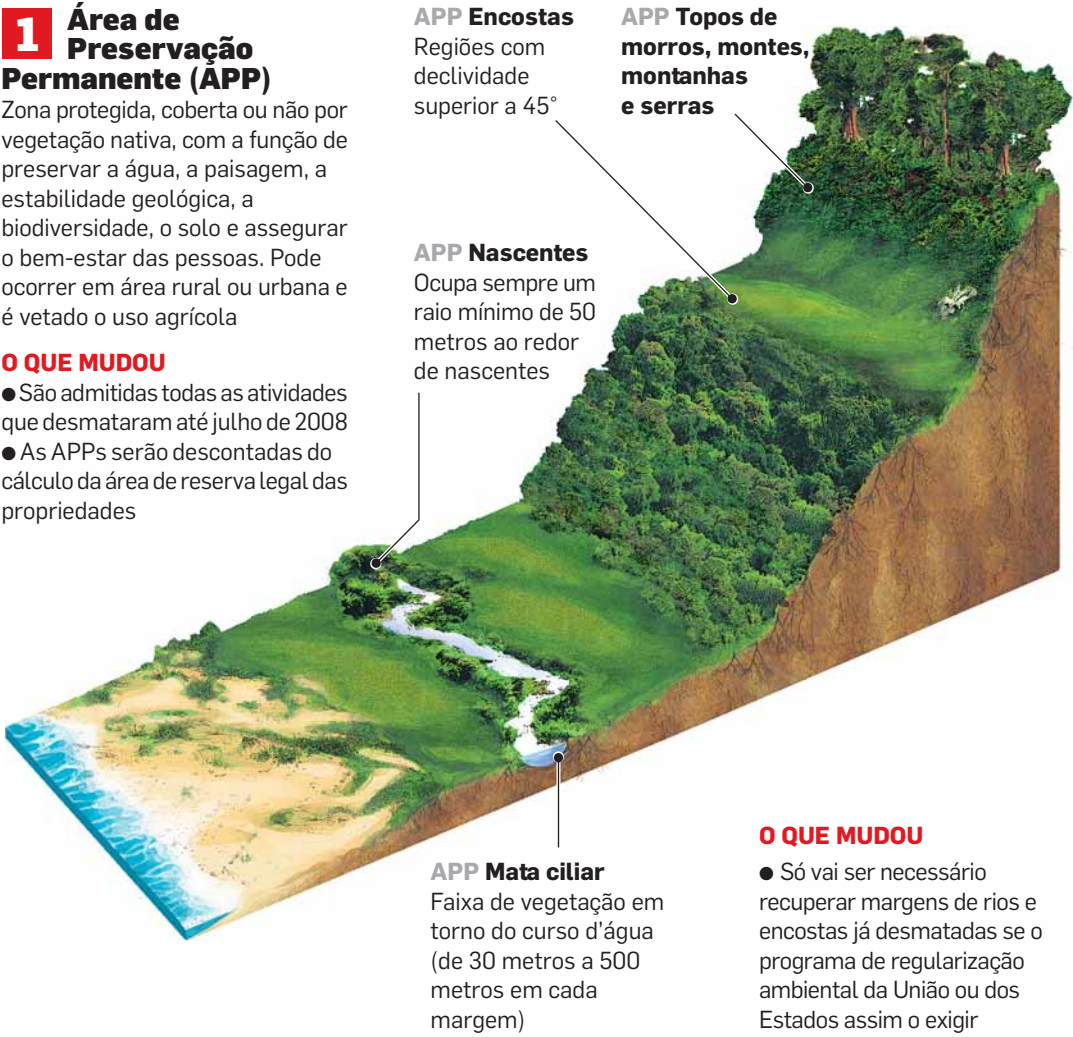
● Texto que flexibiliza a legislação ambiental ainda precisa ser aprovado no Senado

### 1 Área de Preservação Permanente (APP)

Zona protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função de preservar a água, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o solo e assegurar o bem-estar das pessoas. Pode ocorrer em área rural ou urbana e é vetado o uso agrícola

#### O QUE MUDOU

- São admitidas todas as atividades que desmataram até julho de 2008
- As APPs serão descontadas do cálculo da área de reserva legal das propriedades



#### O QUE MUDOU

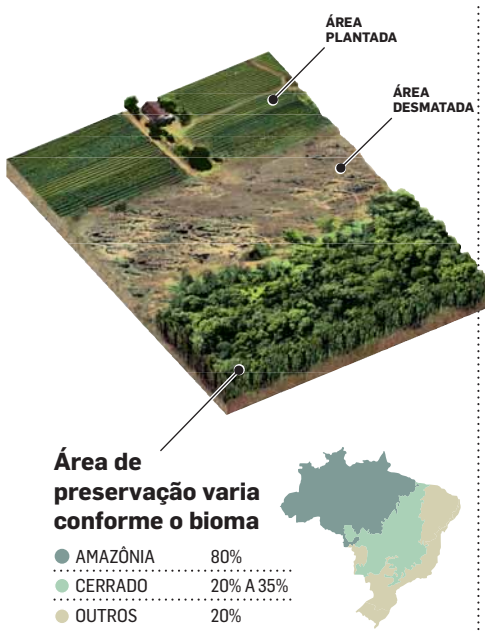
- Só vai ser necessário recuperar margens de rios e encostas já desmatadas se o programa de regularização ambiental da União ou dos Estados assim o exigir

### 2 Reserva Legal

Área necessária a proteção da fauna e flora nativas. É permitido o manejo sustentável nessas áreas

#### O QUE MUDOU

- Proprietários de imóveis com até 4 módulos fiscais são dispensados de recompor o que foi desmatado antes de 2008. As multas ficam suspensas
- Áreas desmatadas de acordo com a legislação vigente na época serão consideradas de uso econômico consolidado
- Será permitido plantar até 50% de vegetação não nativa, como eucalipto



### 3 Regularização das propriedades

Decreto de 2009 prevê a anistia de multas já aplicadas para os produtores rurais que regularizarem seus imóveis, mas não houve adesões

#### O QUE MUDOU

- Alternativas de compensação da área de reserva legal em outro Estado, mas no mesmo bioma. Os proprietários também poderão pagar para compensar áreas desmatadas. Novos programas de regularização ambiental deverão ser criados

INFOGRAFIA: FARRELL/AE

## PARA LEMBRAR

### ‘Novo Código causou alta no desmate’

O aumento no ritmo das motosserras na Amazônia está relacionado à reforma do Código Florestal em discussão no Congresso Nacio-

nal. É o que afirma documento assinado pelo secretário do Meio Ambiente de Mato Grosso, Alexander Torres Maia, submetido ao gabinete de crise criado nesta semana pelo governo federal para combater o desmatamento na Amazônia. O documento diz que se criou a expectativa entre proprietários de terra de que não seriam concedi-

das novas autorizações para desmatamento e que os responsáveis seriam anistiados.

O gabinete de crise foi criado pela ministra Izabella Teixeira após o anúncio do aumento de 473% na destruição da floresta na Amazônia em março e abril deste ano, em comparação com o mesmo período de 2010.



**Aprovado.** O relator do novo Código Florestal, Aldo Rebelo (à direita, com gravata listrada de vermelho), comemora o resultado com deputados federais

## NO TWITTER

“Brasil acordou hoje com assassinato de mais dois líderes extrativistas no Pará e foi dormir com assassinato do Código Florestal.”

PAULO ADARIO / GREENPEACE

“Câmara consolida o maior retrocesso em legislação ambiental da história: 410 x 63.”

TASSO AZEVEDO / ENGENHEIRO FLORESTAL PELA USP E CONSULTOR

“O novo Código não é mais lei biônica. Antes tinha os selos das ONGs e agora tem o selo do povo, da sociedade.”

KÁTIA ABREU / PRESIDENTE DA CNA

# Ruralistas e ambientalistas lotam galerias para ver votação

Grupos rivais alternavam vaias e aplausos para os deputados que se revezavam na tribuna

BRASÍLIA

A votação do Código Florestal lotou ontem as galerias da Câmara. Eram cerca de 200

manifestantes que ora aplaudiam, ora viaavam os deputados que se revezavam na tribuna da Câmara para discursar sobre o projeto.

O clima mais parecia o de um programa televisivo de auditório que o de uma votação de projeto de lei. As galerias foram tomadas tanto por ruralistas, favoráveis ao texto do relator Aldo Rebelo (PC do B-SP), quanto por ambientalistas, contrários

ao relatório do deputado comunista.

Uma das pessoas mais aplaudidas pelos ambientalistas foi o ex-ministro do Meio Ambiente Sarney Filho (PV-MA), conhecido como Zequinha Sarney. Ele fez um discurso contra o projeto, alegando que a proposta era um “retrocesso”.

Sarney foi ovacionado pela plateia de ambientalistas, alguns deles vestindo camisetas verme-

lhas com a inscrição da Central Única dos Trabalhadores (CUT). “É uma coisa inédita ver a CUT toda fardada aplaudindo o Sarney”, ironizou o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), um dos líderes da bancada ruralista.

**Tensão.** Assim como em todas as votações polêmicas, a segurança da Câmara permitiu apenas a entrada de manifestantes credenciados pelos partidos nas galerias do plenário da Casa. Foram distribuídas cerca de 200 senhas. Mais cedo, manifestantes contrários e favoráveis ao projeto de reforma do Código Florestal apresentado por Rebelo lotaram o saguão de entrada do Con-

gresso. O clima ficou tenso.

Principal porta de entrada da Câmara e do Senado, a chaparia do Congresso ficou tomada ontem por manifestantes da CUT e da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Do lado da Câmara ficaram cerca de 200 militantes da CUT, que protestaram contra o projeto de Rebelo. Do lado do Senado, um grupo de 50 pessoas com camisetas da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) participou de um café bancado pelo órgão.

Presidida pela senadora Kátia Abreu (PSD-TO), a CNA pôs um grupo de cerca de 50 agricultores na entrada principal do Congresso, onde foi montada uma

maquete dos biomas brasileiros, com plantações em encostas de soja e outros produtos, além de florestas.

A confederação montou também uma mesa com pães, frutas e bolos no saguão do Congresso. / E.L. e M.S.

● O caderno mensal **Planeta** não é publicado hoje. Ele sairá em 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente.